

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

MARTINS, J. S. *Fronteira — A degradação do outro nos confins do humano*. Hucitec: São Paulo, 1997.

Larissa Mies BOMBARDI*

Martins nesta obra parece “fechar”, de forma muito bonita, e, por vezes poética, um círculo aberto em seu livro “A Chegada do Estranho”¹. A idéia de “estranho” e, portanto, de “outro”, já trabalhadas pelo autor, têm agora, claramente, um local de afloramento para o olhar do pesquisador: a fronteira.

Como o próprio título nos indica, Martins trabalha com uma concepção de fronteira que passa pelo desencontro e não pelo encontro, como é geralmente concebida. Ele nos mostra que a “situação de fronteira” não é uma situação em que se encontram humanidades diferentes mas, ao contrário, é justamente quando as desumanidades afloram, quando o outro não é concebido enquanto outro — diferente, mas igual, que pode trazer complementaridade — pelo contrário, na situação de fronteira, o outro não é gente, ele é não-gente, é não-humano.

Neste sentido, Martins considera a fronteira como local privilegiado do olhar sociológico, local em que se é capaz de abarcar toda a contraditoriedade do encontro/desencontro de mundos diferentes.

Assim, no decorrer de seu livro, em cada um de seus quatro capítulos, o autor aborda diferentes “manifestações”, bem como as análises que delas têm sido feitas, daquilo que ele chama de “situação de fronteira”.

* Mestre e doutoranda em Geografia Humana pelo Depto. de Geografia da FFLCH-USP. Membro da Comissão de Assuntos Agrários da AGB.

¹ MARTINS, J.S. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

Em seu primeiro capítulo intitulado “*A captura do outro — O rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil*”, Martins busca o significado da ocorrência destes raptos em regiões de fronteira, seja o rapto praticado por diferentes grupos indígenas entre si, destes com relação aos “civilizados”, ou dos “civilizados” com relação aos índios.

Como já nos indica o nome do capítulo, o rapto envolve a “captura do outro”, ou seja, a *diferença* é que está colocada no centro dessas situações, rapta-se o outro, o diferente, não os nossos, não os iguais a nós; segundo o autor justamente esta dicotomia, ignorada nas análises economicistas da frente pioneira, deve ser o ponto de partida da pesquisa, buscando-se o que nela tem de revelador.

A fronteira é marcada pelo desencontro étnico, pela situação de contato, pelo encontro/desencontro das concepções de humano e não-humano que têm os diferentes grupos que nela coexistem, assim, o rapto se configura como uma forma de antropofagia. Entretanto, Martins procura deixar claro que o rapto não tem o mesmo significado para índios e “civilizados”, pelo contrário, segundo o autor, o único grupo que não incorpora o raptado é o dos brancos, sendo este também o único grupo que não realiza expedições de rapto, quando eles ocorrem, são ao acaso, durante uma situação de massacre protagonizada pelos brancos.

Isto não significa que entre os grupos indígenas o raptado seja completamente incorporado, assim não ocorre. Na verdade, o raptado é sempre tratado como outro, mesmo nos casos em que ele voltou ao grupo de origem — casos que envolveram índios e brancos — aí também foram tratados desta forma, como se tivessem impregnados do outro, sendo então duplamente recusados, vistos como não-brancos e como não-índios em ambos os grupos.

Martins mostra que a maior parte dos raptos ocorreram no período que vai da década de 30 até o final da década de 50, coincidindo com a primeira grande expansão da frente pioneira na Amazônia, sendo as mulheres o principal alvo dos raptos, indicando que eles ocorriam também para repor perdas demográficas decorrentes da ação dos brancos. Quan-

do se trata de raptos ocorridos entre os grupos indígenas, o autor demonstra que eles aconteciam com diversas finalidades, seja para suprir parceiros conjugais, seja por vingança, ou ainda por outros motivos, nestes casos o raptado, quando não era morto e incorporado em ritos de canibalismo, carregava sempre consigo esta “*condição subjacente de vítima sacrificial, mesmo que se tornasse um membro posição da parentela do raptor.*” (p.67).

De qualquer maneira, o canibalismo real ou simbólico sempre envolve a idéia de incorporação do outro; é, neste sentido, uma forma de re-humanização, por isto o rapto praticado pelos indígenas tem um significado diferente daquele praticado pelos “civilizados”, que absolutamente não viam a incorporação do outro, já que neste caso o outro é visto como não-humano, tendo portanto que ser “amansado”, como se faz com os animais e com a natureza.

Neste sentido Martins pôde utilizar o rapto como documento para a pesquisa sociológica; o rapto como revelador de uma situação vivida no encontro de duas sociedades diferentes, o que permite, através de sua análise, vislumbrar a maneira como estas se enxergam e se relacionam.

No segundo capítulo, cujo título é “*A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão*”, o autor deixa claro que tem por objetivo compreender sociologicamente qual é o significado do ressurgimento destas relações. Ele se opõe à idéia de que a existência de trabalho escravo na atualidade seja uma forma de persistência de relações chamadas arcaicas, relações sociais que seriam anteriores ao capitalismo; para o autor este tipo de interpretação mostra uma incapacidade por parte de alguns intelectuais de conceberem o tempo de uma forma que não seja a linear.

Desta forma, Martins procura mostrar que no século passado, quando Marx analisava o capitalismo, as relações não-capitalistas podiam ainda ser entendidas, e, portanto, atribuídas a um passado recente em vias de desaparecimento, em decorrência da ação do capital. Entretanto, a existência de trabalho escravo hoje, segundo o autor, funciona como um

“analisador-revelador” do capitalismo, ou seja, o ressurgimento do trabalho escravo na atualidade indica que ele faz parte do processo de reprodução ampliada do capital.

Este tipo de relação de trabalho também chamado de peonagem ou escravidão por dívida, visto que o trabalhador não pode deixar o local de trabalho enquanto não houver saldado suas dívidas, o que dificilmente acontece, sob pena de ser morto ou ter o corpo mutilado, se configura como uma situação de acumulação capitalista (como a acumulação primitiva), uma vez que são as empresas capitalistas e modernas — que nas grandes cidades mantém relações formais de trabalho, baseadas no trabalho assalariado e na contratualidade — as que lançam mão deste tipo de relação de trabalho na Amazônia, o que aparentemente seria contraditório. Entretanto, não é em qualquer fase da produção que o trabalho escravo é realizado, mas sobretudo naquela que consiste na transformação da natureza, transforma-se a natureza em um empreendimento capitalista, em outras palavras, através da peonagem, que é uma relação de trabalho não-capitalista, são produzidos meios de produção para serem utilizados pelo capitalista.

Martins fala em acumulação primitiva no sentido de mostrar que a produção do capital nunca é capitalista, apenas a reprodução do capital é que se dá em bases capitalistas, assim a peonagem se configura como produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada, portanto, neste caso, a reprodução ampliada do capital inclui também a produção não-capitalista de capital.

É justamente neste sentido que o autor procura alertar como a visão linear da história impede a compreensão do ressurgimento do trabalho escravo, já que este seria encarado como resquícios de um modo de produção anterior. Entretanto, como são as modernas empresas as responsáveis por este ressurgimento, ele só pode ser entendido no interior do modo capitalista de produção. Esta compreensão envolve uma visão do capitalismo não “evolucionista”, ou seja, que permita perceber que o capital renova ou dissolve relações de acordo com a necessidade de sua reprodução,

portanto, um entendimento “finalista” da história que concebe o capitalismo abarcando todas as relações sociais em sua forma típica, não dá conta de perceber toda a contraditoriedade deste modo de produção.

No terceiro capítulo de seu livro, chamado “*Regimar e seus amigos — A criança na luta pela terra e pela vida*”, Martins inicia mostrando que os cientistas sociais, na sua maioria, costumam se interessar por informantes que estão no centro dos acontecimentos, acreditando que estes têm uma visão mais ampla daquilo que estão vivenciando. Desta forma os sujeitos “silenciosos” não são ouvidos, e, como o autor procura lembrar, o silêncio costuma ser expressão da submissão, o que significa dizer que aquelas pessoas que se encontram em uma posição de menor destaque no tocante às decisões, como normalmente acontece com as mulheres, os velhos, as crianças etc. — salvo quando são os sujeitos principais da pesquisa — geralmente têm suas informações descartadas, procedimento que acarreta em uma reafirmação da submissão e no empobrecimento da pesquisa.

Assim, de uma maneira muito especial, Martins mostra neste capítulo uma outra possibilidade de “olhar” do pesquisador; ele analisa famílias camponesas oriundas do Rio Grande do Sul que migraram para o Mato Grosso e famílias de camponeses posseiros no Maranhão (todos produtores de arroz, embora em bases diferentes) e suas relações com a terra e com o capital, através do depoimento das crianças.

A infância, tanto para as crianças que vivem em Canarana, no Mato Grosso, quanto para as crianças filhas dos posseiros no Maranhão é vivida como um “intervalo no dia” e não como um período da vida, na medida em que a brincadeira só tem lugar após o dia de trabalho ter terminado, e quando é o caso, após também a aula ter terminado.

As crianças, ao contarem suas histórias — e Martins deixa claro que elas percebem que a história das famílias é coletiva, já que ao começar uma criança a falar/contar as demais vão continuando — expressam a situação vivenciada por elas. No caso das famílias do Sul, por exemplo, sabem o que motivou a mudança e que valores sustentam esta mudança; assim como

as crianças do Maranhão, que estão a todo tempo sob ameaça de expulsão de suas terras, sabem que a lógica dos fazendeiros é diferente da lógica de suas famílias.

Quando uma criança do Mato Grosso fala que a família mudou para “trabalhar pela vida”, está mostrando toda uma concepção de modo de vida, que envolve a família, a terra e o trabalho, com todos estes componentes considerados de forma conjunta — não são apenas um grupo de pessoas trabalhando juntas, mas a família, trabalhando em suas terras, num trabalho livre e auto-determinado. Assim, a busca de novas terras por suas famílias não se configura como busca de enriquecimento, o que seria até motivo de vergonha, mas de garantir o mesmo modo de vida para as gerações futuras. O aumento de terras é visto então como uma maneira de poder redistribuí-la mais tarde através da herança; a migração, assim, tem o sentido de reproduzir aquilo que já ocorria no passado: o trabalho familiar e livre.

Com relação às crianças do Maranhão, estas percebem que o uso da terra não está sendo mais determinado pelas necessidades das famílias, mas pelo mercado e pelo lucro. Para elas o trabalho legitima a posse da terra, tem direito à terra aquele que nela trabalha, concepção que remonta ao Brasil-Império, quando embora as terras pertencessem à Coroa, os sesmeiros podiam fazer uso dela. Assim, com a chegada do capital via grandes fazendeiros criadores de gado, as crianças percebem que um novo tipo de relação com a terra está surgindo; que há agora dois tipos de terra um “para trabalhar” e outro “para cercar”. Martins nos conta que uma menina explicou essa alteração no sentido do uso da terra de uma maneira exemplar ao dizer que “gado sem arroz ninguém come”, querendo mostrar que só o contrário é que é possível: comer arroz sem gado; assim, considerando que são estas famílias produtoras de arroz e que este constitui-se no básico de sua alimentação, a carne é apenas o complemento, portanto, utilizar a terra para criar gado significa dar a ela um uso que é estranho aos hábitos e valores destas famílias.

Segundo o autor, o capital entrou na vida das crianças destes dois locais de forma diferente, determinando relações com o tempo e com o espaço também diferentes. Em nenhum dos dois casos as crianças vivam a

infância como um período da vida que tem lugar o lúdico e a brincadeira: enquanto para as crianças dos colonos gaúchos é a infância um período de preparação para um futuro de trabalho que já está garantido, mostrando-se assim como um futuro de “certezas” e já vivendo em um espaço que possibilita este futuro; as crianças do Maranhão têm um futuro incerto, já nasceram sem destino, assim, é também o espaço delas incerto, estarão em busca dele ao buscarem seus destinos.

Em seu quarto e último capítulo, intitulado “*O tempo da fronteira — Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*”, Martins discute as duas abordagens metodologicamente diferentes de análise/entendimento da fronteira, expressas no título do capítulo. O autor afirma que entre 1964 e 1985, 600 camponeses foram assassinados em conflitos na Amazônia; utiliza estes dados para reiterar a idéia de que a fronteira é um lugar de conflito, de alteridade; é ao mesmo tempo lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Neste sentido ela pressupõe a existência de dois lados, de duas “humanidades” diferentes, o que significa que ela tem sido olhada, estudada, pelos pesquisadores por um destes dois lados, a partir do qual eles observam a realidade. De um lado, sob a designação de frente de expansão, tem-se como referência as sociedades indígenas, os posseiros; de outro, sob a idéia de frente pioneira, tem-se como centro de análise o empresário, o fazendeiro.

Assim, é que ao falar em “*retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*” Martins está buscando mostrar que estas concepções expressam diferentes maneiras de entendimento da história, a primeira delas, a de frente pioneira, centrada nos aspectos econômicos e nas “*mudanças radicais da paisagem*” — o autor aí refere-se aos geógrafos — concebe a história como um fio único em que o moderno vai superando e “derrubando” o arcaico, o antigo. Em contraposição, a concepção de frente de expansão, proposta pelo autor, expressa um entendimento da fronteira que permite vislumbrar os diferentes tempos históricos que nela coexistem, mediados pelas determinações do capital.

Essa discussão metodológica, que Martins faz em seu quarto capítulo, é de fundamental importância para nós geógrafos, posto que a idéia de pioneiros ou de frentes pioneiras, comumente usada entre nós, não permite dar conta de toda a contraditoriedade presente na fronteira, pelo contrário, a concepção de frente pioneira tem embutida em si a visão do empresário, a do “pioneiro empreendedor”, ou seja, é uma visão construída a partir do ponto de vista da sociedade “civilizada”, carregada de um entendimento linear da história e, portanto, só consegue ver a vítima de frente (no sentido de enfrentamento), sem conseguir penetrar-lhe o olhar e a fala.

É a opção do “lugar do olhar”, que faz Martins, que o permite ir tão longe e enxergar tão profundamente ao mesmo tempo; seu olhar está ao lado do olhar das vítimas, e não de frente para elas. É esta postura, mais do que metodológica, mas diríamos, humana, que o possibilita enxergar coisas que normalmente não se enxerga ou que não se quer enxergar, assim é que ele consegue abarcar em sua obra questões como o rapto e a escravidão na atualidade e, consegue ainda, interpretar a luta pela terra através da fala das crianças, sem contudo, perder de vista os processos gerais que movem nossa sociedade.

Justamente por isto é tão bela esta obra de Martins, por ele ver, ouvir e estar ao lado de sujeitos sociais que normalmente são ignorados, por ele ter a humildade de estar todo o tempo aprendendo com eles, e, assim, por nos fazer refletir um pouco mais sobre o nosso “lugar de/o olhar”.